



**A FORMAÇÃO PROFISSIONAL E O TRABALHO COM FAMÍLIA NO
CONTEXTO DAS POLÍTICAS SOCIAIS**
**VOCATIONAL TRAINING AND WORK WITH FAMILY IN THE CONTEXT
OF SOCIAL POLICIES**

Aurea Bastos Davet
Pontifícia Universidade Católica De São Paulo (PUC)
Gisele Justiniano De Faria Martins
Pontifícia Universidade Católica De São Paulo (PUC)

RESUMO:

O processo de redemocratização selado pela Constituição Federal de 1988 abre um novo debate no campo das políticas sociais trazendo a família como elemento de destaque no sistema de proteção social. Podemos observar a família em seu protagonismo nas diferentes políticas sociais nas quais emerge como elemento de referência. A valorização da família no cenário das políticas sociais tanto de iniciativa pública como privada (sendo uma das estratégias de desenvolvimento e políticas efetivas, sinalizam a necessidade de se repensar o seu papel na relação Estado – Sociedade, e o tratamento dado a ela no contexto da formação profissional. O assistente social é um dos profissionais com destacado papel na abordagem de famílias no cotidiano de seu trabalho. O presente artigo pretende abrir uma discussão sobre fundamentos e concepções que qualificam o assistente social para o trabalho com famílias, e qual é o lugar da família na formação do assistente social.

Palavras chave: Formação Profissional .Família. Políticas Sociais

ABSTRACT:

The redemocratization process sealed by the Federal Constitution of 1988 opens a new debate in the field of social policies bringing the family as a prominent element in the social protection system. We can observe the family in its protagonism in the different social policies in which it emerges as an element of reference. The valorization of the family in the scenario of social policies, both public and private (as one of the effective development strategies and policies, signaled the need to rethink its role in the State - Society relationship, and the treatment given to it in the context of The present article intends to open a discussion about fundamentals and conceptions that qualify the social worker to work with families, and where is the place of the family in the formation of the social worker.

Keywords: Professional qualification . Family. Social Policies

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

"Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas".

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



1 INTRODUÇÃO

A Família é um objeto e universo de intervenção do Serviço Social desde o início de sua instituição enquanto profissão. Acompanha o processo de organização e definição da identidade do Serviço Social apresentando-se como um caminho na materialização do saber profissional. No sistema de proteção social a família tem se mostrado objeto central das ações do assistente social, mas é visível a intervenção do Estado subsidiar quando a família não consegue efetivar a proteção e os cuidados. Conhecer os fundamentos teóricos - metodológicos do trabalho junto a família estudados na formação profissional do assistente social, verificar os instrumentos e técnicas utilizadas pelo assistente social no trabalho com famílias e analisar o conceito elaborado que fundamenta o trabalho do assistente social junto a família, se configuram como objetivos principais deste estudo. Para tanto, desenvolvemos uma pesquisa online, através de formulário eletrônico junto a profissionais em espaços sócio- ocupacionais independente da política social e da natureza da instituição que atuam. As respostas obtidas até o momento têm contribuído para aprofundarmos o debate sobre a complexidade do tema Família e como esta tem sido abordada tanto no processo de formação do assistente social como em seu trabalho cotidiano.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 A FAMÍLIA E O SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL

No Brasil, as políticas de proteção social se evidenciam a partir do século XX em um período marcado por grandes transformações sociais de base produtiva econômica resultado da evolução da indústria e da urbanização populacional.

As iniciativas de ações direcionadas a família tinham em seu contexto histórico o direcionamento na consolidação de uma instituição sólida e referência para a organização e manutenção da ordem social. Enquanto provedora de valores morais era

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”.

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



necessário mantê-la sob o controle e estrutura de uma sociedade conservadora tendo em vista uma vida digna dentro dos bons costumes.

Esta tendência se estendeu enquanto a família era vista como a única responsável pela proteção, provimento e educação de seus membros. Esta concepção é ressignificada a partir do reconhecimento e valorização de sua participação na formulação das políticas sociais com destaque as políticas relativas a criança e ao adolescente, assistência social, saúde.

Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, retoma a organização das políticas sociais no Brasil demonstrando que a partir dos anos 80 vimos mudanças sensíveis na forma de abordagem e inclusão da família no contexto e no movimento social mostrando ações emergentes e refocalizando a família no contexto das políticas sociais. Percebe-se a família em diferentes momentos da vida social, suas limitações internas para enfrentar os conflitos, as novas demandas culturais e sociais intergeracional, o processo de exclusão e empobrecimento e sua dinâmica e configuração modificando-se apresentando novas e específicas necessidades em seu núcleo. (IPEA:2013)

O resgate da família para o cenário das políticas públicas se fundamenta na percepção de que as ações a esta voltadas até o momento se mostravam fragmentadas e descoladas do movimento real da sociedade.

Vasconcelos citada em CARNEIRO fala em seu estudo sobre políticas sociais e família, sinaliza que,

“...no cenário capitalista, os direitos sociais, embora frutos de intensas lutas dos movimentos sociais para seu reconhecimento tendem a ser percebidos como direitos de indivíduos isolados e setorializados, dentro de uma lógica fragmentada. Nesse sentido, as políticas sociais voltadas para responder a tais direitos são individualizadas, voltadas para segmentos como crianças, mulheres, idosos etc., desconsiderando o universo familiar e comunitário em que vive o que reflete a ideologia mercantil hegemônica, para a qual a iniciativa individual em prol dos interesses particulares é à base do progresso e do bem-estar. (2007:2)

No desenvolvimento das políticas sociais vimos, por um momento, o Estado ocupar espaço e presente no atendimento em políticas de saúde e Assistência Social, incluindo a estas o olhar das demais políticas como habitação, Previdência Social, Agricultura reconhecendo o papel da família que vive na área rural e não apenas no âmbito urbano.

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”.

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



No entanto, há que se observar o lugar em que esta família é inserida neste contexto sendo esta tratada como sujeito nas ações, e não responsável pelo desenho de uma nova sociedade.

“Historicamente, nota-se a tendência da família a ser sobrecarregada diante da incapacidade do mercado e do Estado de prover segurança material às pessoas. Goldani (2001), ao analisar a família como fator de proteção social, mostra a absorção por essa de maiores responsabilidades diante da fragilidade das ações estatais, amortizando o impacto das políticas econômicas e da reestruturação capitalista sobre o mercado de trabalho. As novas formas de família, ao lado das mudanças no mercado de trabalho, potencializam um contexto que exige estudos não só das realidades familiares, mas também dos impactos das políticas públicas que nelas se apoiam ou são focalizadas.” (ITABOARI: 2006:04).

Ao tratar da questão da proteção social podemos olhar a trajetória do significado social de proteção desde os tempos primitivos onde a segurança de um indivíduo e seu grupo era garantida pelo mais forte da comunidade reduzindo-se o sentido de proteção a capacidade de assegurar-se fisicamente bem como sanar as necessidades básicas de saúde, de alimentação e abrigo.

A evolução conceitual de proteção social acompanhando as novas demandas sociais trazidas pelo desenvolvimento econômico, tecnológico e social vai para além disto. Agrega a necessidade de segurança, saúde, alimentação, abrigo o afeto, reconhecimento, renda, diante de situações que vulnerabilizam e fragilizam o sujeito em suas vivências e relações do dia a dia. MIOTO, ao analisar a trajetória das políticas sociais relativas à família nos traz que:

... não se pode deixar de considerar que na realidade brasileira sempre houve iniciativas públicas e privadas voltadas às famílias, embora por um longo período tenha prevalecido à política social para segmentos específicos, o que afetava indiretamente a família já envolta de ações discriminatórias de seus arranjos, culpabilizando-a pelos problemas que afetavam seus membros, em especial, crianças, adolescentes e jovens. Essa forma de organização da política quase sempre culminava com trabalhos sociais de cunho emergencial, residual, focalizados em situações-problemas, tidas como patológicas, ou em ações educativas numa perspectiva normatizadora e disciplinadora dessas famílias (Miotto, 2006).

Ressalta-se que mesmo antes da constituição de um sistema de proteção social instituído a partir da Constituição Federal de 1988 já existiam medidas voltadas para as famílias na direção da normatização e “tratamento” da vida familiar.

Fonseca (2001) aponta o período compreendido de 1930 a 1943, onde a família é chamada a contribuir na construção da identidade da nação com o foco na reprodução

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

"Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas".

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



do pensamento capitalista, modelo de família equilibrada e coesa capaz de produzir trabalhadores eficientes e saudáveis.

No Estado Novo esboçaram-se as primeiras medidas do Estado à realização de políticas públicas na área da família e educação. A ênfase passou a ser dada à ideia de família normal, evidenciando o modelo higiênico e moralista da família burguesa na proposta de urbanização em face de industrialização. A convivência, no entanto, com outros modelos de organização familiar, ignorados e desconsiderados como qualquer possibilidade de unidade familiar sendo apontados como marginais e geradores dos problemas sociais.

Por certo, ainda hoje vemos resquícios deste pensamento quando vemos presente à discussão de propostas de leis e comportamentos sociais trazendo à tona concepções conservadoras supostamente entendidas como superadas, mas que ainda se encontram presentes em práticas discursivas na sociedade contemporânea.

O Brasil foi construindo o sistema de proteção social público ainda referenciado em modelos com ações compensatórias tratando da pobreza e dos excluídos do mercado de trabalho, através de um denso modelo assistencial, seletivo e fragmentando sujeitos e grupos secundarizando vínculos e o enfrentamento a raiz da desigualdade social. Onde a superação dos problemas sociais poderia se dar pela fé, pela força de vontade e pela qualificação educacional, acadêmica e profissional. Miotto (2016), afirma que o trabalho social com famílias tem sido vinculado as famílias pobres e multiproblemáticas, não mais dentro do que foi construído como ideal socialmente, mas na perspectiva de ser protetiva, ou seja das famílias serem cobradas sobre suas responsabilidades

Campos (2008), reafirma que a responsabilização da família sob sua manutenção e cuidados se mantem culturalmente e socialmente sob a égide do desempenho de papéis de seus membros, e em especial a mulher.

Outra forma que se registra da entrada da família para o plano das políticas públicas são as ações direcionadas ao controle da natalidade as quais, através de práticas de planejamento familiar, cuja preocupação era com o crescimento populacional em todo o mundo e as crises que poderiam desencadear uma realidade de superpopulação comprometendo o desenvolvimento social da nação.



2 POLÍTICAS PÚBLICAS E OS AVANÇOS NO RECONHECIMENTO DO PROTAGONISMO DA FAMÍLIA

Podemos entender que as políticas públicas avançaram em seus propósitos teóricos metodológicos porem carecendo ainda de ações efetiva e contínuas.

A formulação de programas, projetos serviços e benefícios por si só são insuficientes e insatisfatórios, exigindo constante diálogo com todas as instâncias e sujeitos envolvidos na gestão das políticas sociais.

Para Nogueira (2004), é na participação política que estrutura e viabiliza a cidadania e os direitos humanos, assim o trabalho socioeducativo deve caminhar não dentro de uma visão fragmentada e com restrições a família, mas na perspectiva de organização, participação e controle social.

Trazemos uma reflexão de Draibe (1990), olhando os avanços já conquistados na formulação de políticas públicas, chamando a atenção, no entanto, para vencer algumas questões postas na objetivação das políticas sociais também referenciadas à família:

Grandes mudanças já foram registradas. O sistema assume com ampliação da cobertura dos beneficiários em todas as políticas, criação de novas políticas, ampliando e consolidando o sistema de proteção social. Entretanto, a manutenção das características corporativistas e clientelistas que ainda perpassam as políticas sociais brasileiras precisa ser superada como: - A extrema centralização política e financeira no nível federal das ações do governo; - Acentuada fragmentação institucional; - Exclusão da participação social e política dos processos decisórios; - O princípio do autofinanciamento do investimento social; - O princípio da privatização; e- O uso clientelista da máquina social. (DRAIBE, 1990: 54)

O protagonismo da família exige da mesma forma este diálogo ampliando o debate entre governo e sociedade sobre os serviços prestados enraizando ações e construindo um novo cenário articulado e sólido no real enfrentamento das expressões da questão social.



3 O PÚBLICO E O PRIVADO NAS POLÍTICAS SOCIAIS

A família expressa em suas relações internas à construção da realidade social externa sendo entendida como um espaço privilegiado para observação, manutenção ou inovações na sociedade em sua totalidade. À medida que produz e reproduz atitudes, conceitos, que se comunica e emite sua cultura de organização social influencia automaticamente na dinâmica social, criando a imagem que identificará a família enquanto grupo social.

Sarraceno citado em CARLOTO, MARIANO considera que a família constitui o material privilegiado com o qual se constroem os arquétipos sociais e os mitos que nem sempre são positivos. Ao lado das imagens da família-refúgio, da família como lugar de intimidade e de afetividade, espaço de autenticidade, modelo de solidariedade e de privacidade, juntam-se as imagens "da família como lugar de inautenticidade, de opressão, de obrigação, de egoísmo exclusivo, a família como geradora de monstros, de violência, a família que mata". (2010: 38)

Portanto, hoje, não se pode afirmar que a família é o lugar mais seguro para seus membros, ou espaço de repressões sociais. Assim como também não se pode considerar o único espaço de conforto, acolhimento e afeto.

A família, como afirma Lena Lavinias, continuando em Carloto e Mariano

tornou-se o paradigma do privado, o espaço da vida doméstica. Com isso ela passou a ter um importante papel ideológico, senão fundamental, transmitindo os valores da moral burguesa, socializando as crianças, promovendo os cuidados dos idosos e dos doentes. (CARLOTO, MARIANO: 2010: 34)

Considerada pelo Estado, Zaretsky cita, ainda em Carloto e Mariano

“... como uma unidade produtiva baseada na propriedade privada, os seus membros consideravam que a sua vida doméstica e as suas relações pessoais estão enraizadas, da mesma forma, no trabalho familiar, doméstico. A separação desta da posse de suas terras, portanto fez com que a família abrisse espaço para intervenção do estado a partir, primeiramente das relações de trabalho” (2010: 65).

Conforme Carloto e Mariano

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”.

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



“A intervenção do Estado na família remonta ao surgimento do Estado moderno. Ao longo dos últimos séculos o Estado passou a ser fonte de controle e de normas relativas à família como instituição, bem como às relações familiares. Com isso, as políticas sociais de proteção implementadas pelo Estado, notadamente no século XX, com base prioritariamente na esfera governamental, têm a família como uma das principais mediações entre a ação pública e os indivíduos. Todavia, a relação entre família e Estado é também contraditória. Em consequência, podemos afirmar que nem sempre o controle almejado pelo Estado é acompanhado de proteção pública oferecida às famílias. Desse modo, nas últimas décadas, no Brasil e em muitos outros países, os programas focalizados de "desenvolvimento", que têm como eixo o combate à pobreza, adotam como principal estratégia a chamada privatização da família ou a privatização da sobrevivência da família, propondo explicitamente a transferência de responsabilidades, que deveriam ser assumidas pelo Estado, às unidades familiares, com base em uma proposta de pluralismo de bem-estar. (2006: 89)

A família, por sua vez, como vemos em Sarti (2004) também é um espaço de contradições. Ao tempo em que é tida como refúgio, lugar de intimidade e de afetividade, pode ser da violência velada ou até mesmo explícita exigindo uma intervenção externa capaz de proteger aqueles que, com seus próprios recursos, não conseguem se defender e sair da rede construída pelos laços de sangue ou afetivos, negativos, que dificultam o rompimento com o ciclo doente que se gesta dentro da família, como as crianças e os idosos.

4 O ASSISTENTE SOCIAL COMO PROFISSIONAL DAS POLÍTICAS SOCIAIS E SUA ABORDAGEM JUNTO A FAMÍLIAS

O assistente social tem se destacado em seu trabalho junto a famílias em grande responsabilidade em função da centralidade desta nas diferentes políticas sociais. Principalmente assistência social, saúde, criança e adolescentes. A matricialidade da família definida e conceituada principalmente na assistência social tem referenciado com muita propriedade as ações do assistente social nos programas, projetos, benefícios e serviços sociais.

A família integra historicamente o trabalho do assistente social em todo seu processo de profissionalização. Uma preocupação, no entanto, se evidencia na forma

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”.

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



como as ações deste profissional tem se construído junto a família. Quais os impactos deste trabalho na efetivação de direitos e na condição de cidadania. Qual a concepção de família que fundamenta o trabalho do assistente social.

5 A PESQUISA

Não basta ter a família como objeto e sujeito central nas políticas sociais. É preciso conhecê-la e compreendê-la em seu universo de relações e configurações, seus desejos, suas necessidades, suas expectativas, sua realidade. O cotidiano em que vive, produz e reproduz as relações sociais.

Para se aproximar do conhecimento que o assistente social tem se referenciado para desenvolver seu trabalho junto a famílias nas diferentes políticas sociais, desenvolvemos uma pesquisa qualitativa, ainda em andamento, com profissionais que atuam diretamente em espaços sócio –ocupacionais. A pesquisa se configura em um formulário online com questões abertas e de múltipla escolha. Nestas, procuramos abordar temas como a formação/qualificação profissional que referencia e fundamenta a concepção e o trabalho junto a famílias, tempo de trabalho integral e junto a famílias, instrumentos técnico-operativos utilizados no trabalho com família, limitações e possibilidades do profissional nesta área de atuação. Foram pesquisados 49 (quarenta e nove) profissionais tanto da rede privada como pública, governamental e não governamental. Deste, até o momento, recebemos dez (10) devolutivas, representando 20, 5% que reconhecem trabalhar com famílias. Portanto, 79,5% não reconhece que trabalha com famílias. Para análise dos dados da pesquisa, assim, trabalhamos com os dez formulários respondidos.

6 RESULTADOS OBTIDOS:

Dos dez formulários respondidos 90% reconhecem que trabalham com famílias; 10% informa não atender família porque trabalha na gestão da política de assistência

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

"Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas".

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



social; em relação a política social que estão vinculados, 50% informa estar vinculado a Saúde, 10% Previdência Social, 10% Profissionalização, trabalho e renda, 10% Judiciário e 20% Assistência Social. 50% informou que atende de 5 a 10 famílias por dia; das demandas apresentadas pelas famílias 50% refere-se a acesso a benefícios, 40% questões relativas a conflitos e violência doméstica, 20% dependência química/drogadição. Dos instrumentos técnico operativos do serviço social mais utilizados pode-se observar a entrevista, a escuta qualificada, estudo social, visita domiciliar, encaminhamentos, orientação, trabalhos em grupos, relatórios, planejamentos, diálogo. Em relação ao trabalho grupal realizado com as famílias, as respostas se direcionaram a realização de grupos temáticos informativos, planejamento familiar, grupos com gestantes, tabagismo, grupos de apoio.

Do trabalho realizado, o que mais tem se destacado e chamado a atenção do assistente social é a negligência familiar com seus membros internos (criança, idoso), despreparo e descompromisso familiar no trato das questões relativas às drogas, desemprego e doenças em função de alimentação precária.

60% dos profissionais identificam que a família foi abordada como tema durante a formação profissional nas disciplinas de: 20% Fundamentos teóricos, 20% Estágio Supervisionado, 10% Ética, 10% Política Social; 10% Movimentos Social, 10% Serviço Social e Processo de Trabalho, 10% Psicologia, 10% Instrumentalidade do Serviço Social; 60% tem suas leituras para fundamentar o trabalho com famílias baseadas nos Manuais e Cadernos do Ministério de Desenvolvimento Social; 42% tem mais de 15 anos de profissão; 60% trabalha até 30 horas semanais; 50% informa ter especialização na área de Família.

Sobre o conceito de família que referencia o trabalho do assistente social pudemos sintetizar com maior destaque das respostas obtidas que *Família são pessoas que convivem sob o mesmo teto independente das relações de consanguinidade e parentesco, que apresentam relações de confiança. E são aquelas que estão definidas para o acesso do BPC e do Cadúnico.*

Pontos positivos do trabalho com família: poder provocar mudanças na sociedade trabalhando na garantia de direitos; oportunizar empregos pelos cursos oferecidos; atenção da família as requisições do profissional; respostas das famílias as

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

"Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas"

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



orientações do profissional; ampliação de conhecimento e acesso a benefícios das políticas sociais; aproximação da realidade familiar;

Pontos negativos: perda de contato com a família pela descontinuidade dos trabalhos; falta infraestrutura para os atendimentos; número reduzido de famílias que participam de atividades; dificuldade das famílias de apresentar/falar sobre os problemas vivenciados; acomodação da família no enfrentamento de situações vividas; fragilidade institucional no trato com famílias; falta capacitação aos profissionais para realizado dos trabalhos; acúmulo de trabalhos e necessidade de atendimentos emergenciais.

CONCLUSÕES

A pesquisa ainda em processo de construção nos traz algumas considerações importantes para conhecermos a realidade com a qual o assistente social vem se confrontando no cotidiano de seu trabalho com famílias.

Começamos por observar o não reconhecimento do profissional no trabalho com famílias. Isso pode sugerir a visão fragmentada que perseverou na história das ações nas políticas sociais. Identificam que trabalham com idosos, crianças, habitação, trabalho e renda, mas não identificam / relacionam estes trabalhos com o trabalho com famílias.

A leituras básicas que fundamentam os profissionais na compreensão do universo familiar estão destacadas nos materiais produzidos pelos órgãos nacionais gestores das políticas sociais. Assim como a concepção de Família ainda se expressa na definição elaborada para a concessão dos benefícios sociais. Isso pode representar uma preocupação para a academia, pois o profissional limita suas ações aos parâmetros de orientações contidas nas cartilhas elaboradas por programas de governo não questionando, por vezes, a função do Estado no compromisso de continuidade das ações instituídas.

Quanto a presença da família no contexto da formação profissional, a identificação nas respostas apesar de existente se mostra pulverizada em diferentes disciplinas requerendo um estudo mais qualificado para identificação da especificidade

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”.

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



e complexidade na abordagem do tema. Sendo que a de Estágio Supervisionado, no entanto, é a que se destaca com maior evidência.

Os instrumentos técnicos operativos são identificados, no entanto, quando se trata do trabalho propriamente dito, este se destaca em encaminhamentos a benefícios sociais. O que, em sua proporção, fragiliza a complexidade do trabalho com famílias e referenda a superficialidade expressa pelos profissionais quando apresentam os pontos negativos desta ação: a descontinuidade do trabalho com a família.

Há que se apropriar com maior profundidade das formas como tem se abordado o trabalho com famílias no contexto da formação profissional dado a complexidade do tema e a evidência que esta se expressa no bojo das políticas sociais. A intenção deste estudo não é afirmar a falta de reconhecimento do indivíduo como parte da família, mas como tem sido a interlocução do trabalho social realizado com as famílias e dessas famílias como um espaço a ser cuidado, como sujeito de direitos e não um objeto de intervenção. E do quanto este profissional tem se apropriado em sua qualificação profissional da repercussão de suas ações sobre esta organização social e o reflexo de suas relações no contexto da sociedade.

Este estudo ainda está em construção e aberto ao debate.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, Marta; MIOTO, Regina Celia Tamasso; CARLOTO, Cássia M. **Famílias, direitos e cidadania: contradições da política social**. SP. Cortez. 2015.

CARLOTO, Cássia Maria; MARIANO, Silvana Aparecida Mariano. **No meio do caminho entre o privado e o público: um debate privado e o público: um debate sobre o papel das mulheres na política de assistência social**. Estudos Feministas, Florianópolis, 18(2): 352, maio-agosto/2010.

CARNEIRO, Thaísa Simplicio; VASCONCELOS, Kathleen Elane Leal ; SILVEIRA, Sandra Amélia Sampaio. **FAMÍLIA E POLÍTICAS SOCIAIS: o Saúde da Família posto em questão**. 2007. Disponível em http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoA/fbf50aa9282fcbe1e5e1Tha%C3%ADsa%20_Katleen_Sandra.pdf

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

"Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas".

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



DRAIBE, Sônia Miriam. **Políticas sociais brasileiras: diagnósticos e perspectivas". In Para a década de 90: prioridades e perspectivas de políticas públicas.** Vol. 4 Políticas Sociais e organização do trabalho, Brasília : IPEA/IPLAN, março de 1990

IPEA\IPLAN. Para a década de 90: prioridade e perspectivas de políticas públicas. Brasília: Ipea\Iplan, 1990. Documento PUC/RJ disponível em: http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/12355/12355_3.PDF

FONSECA, M. T. N. M. **Famílias e Políticas Públicas: Subsídios para a Formulação e Gestão das Políticas com e para Famílias.** Pesquisas e Práticas Psicossociais, v. 1, n. 2, São João del-Rei, dez. 2006

IPEA. **Políticas Sociais – acompanhamento e análise | 13 | edição especial.** Documento integral disponível em: http://www.blogdoalon.com/ftp/BPS_13_completo.pdf

ITABORAI, Nathalie Reis. **A proteção social da família brasileira contemporânea: reflexões sobre a dimensão simbólica das políticas públicas.** Instituto Universitário de Pesquisas do Estado do Rio de Janeiro. Tese de doutorado. 2006.

MIOTO, Regina Celia Tamasso. "**Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar**". In: SALES, Mione Apolinário; MATOS, Maurílio Castro de; LEAL, Maria Cristina (Orgs.). Política social, família e juventude: uma questão de direitos. São Paulo: Cortez, 2006. p. 43-59.

NOGUEIRA, M.A. **Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos de gestão democrática.** São Paulo: Cortez, 2004.

SARTI, Chyntia. **A Família como ordem simbólica.** (2004). Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/pusp/v15n3/24603.pdf>